

# SÍFILIS

RESPOSTA A PARTIR DE ABORDAGENS  
POR MÚLTIPLAS DIMENSÕES

## Organizadores

Ricardo Valentim

Juciano Lacerda

Karilany Coutinho

Aline Pinho Dias

Carlos Alberto

Carmem Rêgo

Angelica Espinosa

Gerson Pereira

Janaína Rodrigues



# Capítulo 5

## A População Jovem e as Infecções Sexualmente Transmissíveis<sup>1</sup> O papel da educação na transformação do comportamento juvenil frente à sífilis

*Cristina Pereira Vieira*

*Doutora em Sociologia. Docente na UAb (Universidade Aberta, em Portugal), em diferentes graus académicos em que tem implementado novas áreas de aprendizagem e novas UCs a partir das áreas da Sexualidade, Jovens e Gênero – desenvolvendo temáticas que nunca tinham sido abordadas. É investigadora no CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero) e do CEMRI (Centro de Estudos e de Migrações Interculturais). Contato: [cristina.Vieira@uab.pt](mailto:cristina.Vieira@uab.pt).*

*Eloiza da Silva Gomes de Oliveira*

*Doutora em Educação, é professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na Graduação e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), onde lidera o Grupo de Pesquisa “Aprendizagem, subjetivação e cidadania”. Coordena o Laboratório de Estudos da Aprendizagem Humana (LEAH). Pesquisadora associada*

---

1 A primeira versão deste artigo foi publicada no XIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DST; IX CONGRESSO BRASILEIRO DE AIDS; IV CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE IST/HIV/AIDS; Sessão Especial: “Sífilis Não”.



ao Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LAIS/UFRN). Contato: [eloizagomes@hotmail.com](mailto:eloizagomes@hotmail.com).

***Maria Valéria Pareja Credidio Freire Alves***

*Doutoranda no programa de Sustentabilidade Social e Desenvolvimento na UAb – Universidade Aberta, em Portugal - é pesquisadora do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN), desenvolvendo atividades nas áreas de comunicação e educação. É jornalista e pedagoga, com especialização em docência do ensino superior e mestrado em Administração. Contato: [valeriacredidio@gmail.com](mailto:valeriacredidio@gmail.com).*

## **1. Introdução aos conceitos de juventude e sexualidade**

Quando pensamos na ideia de jovens e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), somos imediatamente remetidos para a complexidade associada aos conceitos jovens e sexualidade. Isto porque qualquer um destes dois conceitos não poderá ser pensado de forma singular e como uma unidade. Nomeadamente, porque estes conceitos não poderão ser circunscritos com categorizações homogêneas e uniformes, ocultando, na sua essência, as construções sociais a que são sujeitos. A partir deste pressuposto, percebemos que as concepções de juventudes e sexualidades, aqui já pensadas num sentido plural, são produções e objetos de manipulação, o que as tornam, na sua gênese, subjetivas, estruturadas e estruturantes, a partir de um conjunto de valores e de práticas distintas, situadas em cada momento da história e nas sociedades, que partilham o mesmo tempo da história.

## 1.1. Juventude

Designadamente, quando pensamos no conceito de juventude, podemos garantidamente afirmar que a noção de juventude, tal como se concebe atualmente, na dupla vertente, pensada como fase da vida e categoria social e cultural, é um produto da modernidade. Isto porque na sociedade pré-industrial não havia tempo, nem espaço exclusivo para esta concepção de juventude, uma vez que ela surgia integrada no mundo dos adultos e nas suas atividades – a saída da infância era diretamente feita para a entrada na idade adulta (CICCHELLI, 2001a, 2001b; CUNHA, 2007).

Assim sendo, o que está em pauta é em que medida podemos pensar na noção de juventude como categoria sociológica (GALLAND, 1991; PAIS, 1993; BOURDIEU, 2002). Associada à lógica de juventude, assente em demarcações etárias, emerge um conjunto de práticas que uniformiza discursos e entendimentos (frequentemente reforçados por uma lógica de intervenção administrativa). Neste sentido, são conferidas à noção de juventude características homogêneas, nomeadamente, uma unidade de interesses e de problemáticas comuns, com origem em critérios juridicamente constituídos que determinam a participação em diferentes sistemas (escolar, médico, proteção social, mercado de trabalho, etc.).

A partir deste pressuposto e, particularmente, a partir do critério idade, em que medida podemos pensar nos e nas jovens enquanto grupo social dotado de uma unidade de representações e de atitudes? Em resposta a esta questão, sugerimos que se considere que a noção de idade, baseada em critérios de medida abstrata, também é construída com base em necessidades administrativas, que estabelecem princípios artificiais, arbitrários, relativos e, por isso mesmo, lhe conferem um sentido não universal e

heterogêneo (LENOIR, 1998). O que faz com que se possa perceber que associada à noção de idade cronológica e das suas diferentes divisões estão concepções sociais. Nomeadamente, porque de acordo com a época, os costumes, as instituições e até com a distribuição da população, as diferentes faixas etárias assumem mais ou menos importância, dando origem a entendimentos e respostas também diferenciadas (HALBWACHS, 1972).

Na atualidade, quando refletimos sobre os critérios que balizam os limites de juventude, entre as fronteiras da infância/imaturidade e idade adulta/maturidade, percebemos que eles dependem menos de marcos cronológicos ou biológicos e mais, muito mais, da produção social que lhes conferem sentidos. Neste contexto, as categorias nominais atribuídas às diferentes faixas etárias (para além de adolescentes e jovens se incluem também infância, adultos, idosos, velhos, terceira ou até quarta idade) não estão dissociadas de uma manipulação, mais ou menos dissimulada (BOURDIEU, 2002). É nessa manipulação que se redefinem a importância e os poderes atribuídos aos diversos momentos de cada ciclo de vida.

Na construção das teias sociais, criam-se relações de força, em que cada um reclama o seu lugar na estrutura social. Estas relações, aparentemente objetivas, são determinadas por um conjunto de significados pré-construídos e de relações de poder que dominam o sistema de entendimento das estruturas sociais e das estruturas mentais (BOURDIEU, 1979).

De acordo com esta ordem de ideias e em relação à categoria juventude, percebemos que, por exemplo, na atualidade, a economia de mercado dirige-se a um grupo de pessoas com intuito de dinamizar o mundo de negócios (condição não exigida outra) e que considera associada à categoria de jovem. Neste sentido, é frequente encontrar como requisito da oferta de trabalho o

termo jovem, com um limite de idade não superior entre trinta e cinco a quarenta anos de idade, dando a entender que a partir daí a pessoa é percebida como “velha” e não adequada para a função. Ou seja, a partir deste exemplo, percebemos como é possível afirmar que a idade enquanto dado cronológico, aparentemente objetivo e contínuo, encontra-se claramente submetida a lógicas e variações sociais descontínuas, já que o conceito jovem aparece associado a idades de fronteira entre os trinta e quarenta anos de idade. No caso concreto, essa lógica aparece associada a uma economia que valoriza as pessoas mais novas para a promoção do mercado de trabalho. Assim sendo, e em reforço, podemos concluir que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável (BOURDIEU, 1980, 2002; CRUZ, 1984).

Dessa maneira, o entendimento sociológico de juventude passa por abolir o mito de uma categoria única, com condutas homogêneas, centradas em dados indiscutíveis que refletem representações, ou seja, por suprimir um conjunto de doxas dominantes (PAIS, 1990, 1993). Pais (1993) discute esta questão em *Culturas Juvenis*, partindo da crença dominante de juventude, pensada enquanto problema social, traduzido em problemas específicos dos jovens, referindo-se, entre outros, aos problemas de inserção profissional; aos problemas de falta de participação; aos problemas com as drogas; aos problemas de delinquência; aos problemas na escola e aos problemas com pais e mães. Nessa investigação, sobre práticas culturais no domínio do lazer, o autor verifica que existe uma diversidade de circunstâncias sociais que torna a aparente unidade de juventude numa clara condição heterogênea. Ou seja, Pais (1993) vem defender que há uma pluralidade e diversidade de situações, ancoradas a normas próprias, que resulta em diversas práticas cotidianas e que, por isso mesmo, a noção de juventude não deve ser pensada como um todo homogêneo e coeso.

Assim, a sociologia da juventude, oriunda das correntes “geracional” e “classista”, tem vindo a combater todo o tipo de crenças e representações sociais fundamentadas em interpretações coletivas. Neste sentido, a sociologia defende a ideia de que a noção de juventude deve ser entendida como um conjunto social diversificado, subjacente a um entendimento de cultura juvenil no plural, que pouco têm em comum, quando pertence, por exemplo, a grupos sociais, ideológicos e profissionais diferentes (PAIS, 1990).

De acordo com esta ordem de ideias, o conceito de juventude não pode então ser entendido como um fato social imediatamente inteligível, dado que ele está inscrito numa determinada realidade cultural, com valores e costumes simbólicos próprios (LEVI; SCHMITT, 1996a, 1996b). E ainda que as sociedades “construam” uma ideia de juventude como um fato demográfico ou legal fixo e imediatamente observável, ela deve ser pensada, antes, como um fato social instável, como uma realidade cultural carregada de valores e usos simbólicos (LEVI; SCHMITT, 1996a).

## 1.2. Sexualidade

Da mesma forma quando refletirmos sobre a sexualidade, e neste capítulo particularmente sobre a sexualidade dos e das jovens, o pressuposto sobre este conceito deverá igualmente assentar na ideia de construção social. O que implica, desde logo, distinguir alguns dos entendimentos a que este conceito está associado.

Designadamente, quando pensamos em sexualidade, é frequente se associar diretamente à ideia de “sexo” – termo que por si só assume uma diversidade de sentidos. Na linguagem do senso comum, a ideia de “sexo” surge frequentemente aplicada

à expressão “fazer sexo” ou “ter sexo”, expressão relativa ao ato sexual, enquanto coito (CAPLAN, 1996). Na generalidade, o sentido que lhe é atribuído consiste num conjunto de categorias orgânicas e/ou comportamentais relativas à satisfação sexual. Subjacente a esta concepção, está a naturalização das relações heterossexuais (coitais) no sentido da legitimidade da vivência, enquanto componente essencial do sistema normativo, o mesmo será dizer a legitimidade da heteronormatividade (BAJOS; FERRAND; ANDRO, 2008).

A palavra “sexo” surge, igualmente associada à categorização feminino/masculino, a partir da distinção dos órgãos sexuais externos, das potencialidades de reprodução e das características físicas e psicológicas. Também este entendimento assenta sobretudo numa ideia de sexo com base em princípios biológicos. Nesta concepção, o sexo aparece como a identidade biológica de indivíduo, o que pressupõe um padrão de expectativas de gênero (ANDERSEN, 1983). Estas explicações biológicas dos padrões de gênero estão profundamente centradas, incorporadas e representadas nas mentalidades das pessoas, construídas a partir de diferentes relações de poder e inscritas no cotidiano, de onde resultam os papéis sexuais. Contudo, quando relativizarmos a perspetiva universal dos papéis sexuais, percebemos que existe uma mobilidade de comportamentos padronizados para cada sexo, conforme a história nos tem mostrado.

Na sociedade contemporânea, destacamos, no séc. XX, as décadas de sessenta e setenta, como períodos de ruptura das certezas da tradição sexual, quer com emergência dos movimentos feministas porem em causa a violência masculina de subordinação e com as mulheres a reivindicarem o direito ao prazer, quer com a revolução introduzida com adoção da pílula e a consequente liberalização sexual, dando origem a significativas alterações

na intimidade e na sexualidade individual e social. Nesse contexto, evidenciamos a afirmação dos jovens, com a participação em movimento de contestação, criticando os valores morais dominantes, os estilos educacionais tradicionais, as relações amorosas e a sexualidade (VILAR, 2002).

Assim, gradualmente, a sexualidade vai sendo entendida pelos e pelas jovens como algo que diz respeito à sua esfera privada, na qual eles e elas não esperam que o Estado ou os pais intervenham. Deixando perceber que há legitimidade para a atividade sexual dos e das jovens, que não vem da lei ou de uma idade de consentimento, mas do entendimento de que só deve acontecer quando o ou a jovem estão prontos – situação que é percebida como um produto de agência, de escolha e de controle mediado pelos próprios (VIEIRA, 2012).

Nesse sentido, enquadrados numa variedade de contextos socializadores, os e as jovens assimilam uma multiplicidade de mensagens, em que persistem entendimentos e influências mais tradicionais ou mais modernas. A partir de uma pluralidade de discursos juvenis, percebe-se que a sexualidade se traduz, de forma mais ou menos descontínua e incongruente, numa complexidade de vivências heterogêneas (VIEIRA, 2012). Nessa diversidade, verificamos a permanência de uma sexualidade plural e plástica (GIDDENS, 1996), voltada para a autonomia sexual e para o prazer, com elementos que sustentam a construção da sexualidade em tempos de modernidade reflexiva.

Dirigidas por paradigmas modernos, quando se percebe que a sexualidade dos e das jovens está cada vez mais descentrada das necessidades reprodutivas e do casamento, ou seja, apresenta-se como uma sexualidade plástica (GIDDENS, 1996) ou plasticizada (PAIS, 1998), autonomizada e valorizada por si mesma (PAIS, 1998; VASCONCELOS, 1998; ALFERES, 2002; ALMEIDA *et al.*,

2004; VIEIRA, 2012). Ou quando se percebe que os e as jovens vivem, hoje, uma sexualidade mais liberal do que as gerações anteriores, numa ética experimentalista (PAIS, 1993). Ou, ainda, quando se percebe na relação de casal em que as diferenças e as regras de estruturação não se baseiam rigidamente em especificidades identitárias, o que faz com que a distinção entre os cônjuges baseada nos papéis de gênero venha a perder força. Nesse sentido, há alterações de relacionamento de casal apoiadas pela interação, com base em jogos de complementaridade, orientada por princípios de companheirismo e de reciprocidade na atividade sexual (BOZON, 2002).

Contudo, e sendo a sexualidade um domínio relevante da construção da identidade individual e social, é necessário atender que persiste um conjunto de condutas ditadas pela tradição e que orientam as suas práticas, particularmente, com os jovens do sexo masculino que se orientam por uma sexualidade compulsiva (GIDDENS, 1996), a partir de uma atividade sexual de impulsos internos do organismo, com referência ao sistema simbólico androcêntrico (BOURDIEU, 1999). E, em sentido contrário, uma sexualidade do sexo feminino percebida de forma mais interior, mais controlada e escondida, demonstrando que, e tal como refere Giddens (1996), apesar de legitimada, nas meninas persiste um maior constrangimento (VIEIRA, 2012).

### 1.3. Sexualidade juvenil e saúde

Numa relação entre os domínios da sexualidade juvenil e saúde, concretamente, procurando entender a entrada na sexualidade e os riscos das IST (da Sífilis), a educação sexual e a prevenção, percebe-se que os e as jovens fazem uso do conhecimento

pela normatividade da medicina, mas persiste um saber leigo que resiste à regulação das práticas do cotidiano.

O estudo de Vieira (2012) mostra que na relação sexual prevalece uma ideia de “imunidade da relação séria” (pensada a partir do que os e as jovens classificam como relação de namoro), no sentido do não risco de IST, com base na confiança mútua entre parceiros. Apesar de uma manifesta preocupação com os riscos de engravidar e da contaminação de IST, em particular Aids, os/as jovens desvalorizam a sua vulnerabilidade na relação continuada – situação igualmente encontrada na investigação realizada com mulheres adultas (VIEIRA *et al.*, 2003; VIEIRA, 2012) e homens adultos (ALMEIDA; VILAR, 2008). O manifesto desejo de confiar no parceiro baseado em princípios da relação pura (GIDDENS, 1996), que alicerça a relação no grau de compromisso existente, na relação de confiança e na estabilidade a longo prazo, estabelecida por meio da comunicação do casal. Ou seja, o entendimento da sexualidade está ancorado à lógica da medicalização de Illich (1975) que remete para a noção médica de saúde e para a moral de comportamento responsável (JODELET, 1999; SONTAG, 1993). Mas é um entendimento que comporta contradição, especificamente no que respeito ao cumprimento das normas pelas quais o saudável se avalia. Na prática, o conhecimento do saudável que é adotado como crença não se transforma necessariamente em disposição para agir (LAHIRE, 2005) – o que os estudos de sociologia “do saudável” encontram para a generalidade dos “comportamentos saudáveis” (SILVA, 2008).

Nesse sentido, do ponto de vista da construção identitária, os e as jovens vão negociando entre uma multiplicidade de informação, proveniente das diferentes esferas (privada e públicas) e, com base nelas, fazem as suas escolhas individuais.

## 2. Sexualidade e jovens no Brasil

O Brasil, por muito tempo, foi considerado uma país formado por jovens. Com as mudanças demográficas e o envelhecimento populacional, o percentual de jovens na população brasileira gira em torno de 24%, em um total de mais de 210 milhões de pessoas. E, entre os mais de 50 milhões de jovens, 85% vivem em centros urbanos (IBGE, 2019). Conforme preconiza o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), o estado brasileiro reconhece como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos e determina os direitos dessa população, a serem garantidos e promovidos por meio de políticas públicas intersetoriais, programas e ações para a juventude. Entre esses direitos assegurados estão a educação e o acesso à saúde, com dignidade. Apesar de somente serem considerados os jovens a partir dos 15 anos, muitas atitudes, atribuídas para esta população, vêm sendo colocadas em prática de forma precoce.

De acordo com pesquisas realizadas, a idade de iniciação sexual entre os jovens, no Brasil, vem sofrendo alterações nos últimos 20 anos. O último levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, em 2006, demonstra que 33% das mulheres entrevistadas tiveram sua primeira relação sexual antes dos 15 anos. Os dados, que compõem a Pesquisa Nacional de Demografia, apontam para um crescimento percentual três vezes maior do que na última coleta de informações, que ocorreu dez anos antes, em 1996 (GARCIA; KOYAMA, 2009).

Assim, no ano de 1996, o percentual de mulheres, nesta faixa etária, com atividade sexual, girava em torno de 11,5%. O uso do preservativo na primeira relação sexual também apresenta aumento importante, apontando para uma transformação de comportamento neste grupo (TEIXEIRA *et al.*, 2006; PAIVA *et al.*, 2008 *apud* GARCIA; KOYAMA, 2009). O mesmo levantamento

apontou que 55,2% das jovens de 15 a 19 anos já haviam tido a primeira relação sexual, porcentagem bem maior do que a registrada no levantamento realizado em 1996, quando os dados giravam em torno de 32%.

Mais recentemente, já em 2015, outros levantamentos foram realizados, confirmando a mudança de comportamento entre os jovens, com idades ainda mais novas, como meninos e meninas entre 13 e 15, o que ainda é considerada a adolescência. Um desses levantamentos é dos pesquisadores Lara e Abdo (2015), no qual é apontada uma maior frequência na faixa etária citada, da primeira relação sexual completa, quando há penetração completa, entre pessoas de gêneros diferentes. O percentual de crianças com o primeiro contato erótico entre 9 e 10 anos gira em torno de 20%, e esse contato erótico é descrito, pelas autoras, entre outros como, por exemplo, toques sem roupa.

A pesquisa ainda mostra que 20% da população jovem, com 13 anos ou menos, tiveram relações sexuais sem nenhum tipo de proteção preservativa, tanto para casos de gravidez como para evitar Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST. E outros 26%, este grupo sendo formado especialmente por meninos, com 13 anos de idade, já haviam tido mais de três parceiros sexuais (LARA; ABDO 2015).

A alteração da idade mínima da coitarca (como é denominada a primeira relação sexual) também é analisada por Lerner *et al* (2018). Esta análise enfatiza os dados informados pela Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNAD – executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2006, sendo estas as últimas informações disponíveis. De acordo com os autores, 55,2% das jovens, com idades entre 15 a 19 anos, já haviam tido a primeira relação sexual, porcentagem bem maior do que a registrada no levantamento realizado em 1996, quando os dados giravam em torno de 32%.

Outros resultados analisados são os apresentados na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). A pesquisa tem como objetivo levantar informações que permitem conhecer e dimensionar os fatores de risco e proteção à saúde dos adolescentes. A pesquisa é realizada por amostragem, utilizando como referência para seleção o cadastro das escolas públicas e privadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. De acordo com o levantamento realizado no ano de 2006, 35,4% dos jovens, com 14 anos, já tiveram relação sexual. Seis anos depois, em 2012, outro levantamento da PeNSE foi realizado, avaliando 107.468 adolescentes, todos estudantes do 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas em todo o Brasil. As idades dos estudantes pesquisados giravam entre 13 e 15 anos. De acordo com o levantamento, mais de  $\frac{1}{4}$  dos pesquisados já haviam passado pela primeira relação sexual, havendo uma maior frequência, entre os meninos. (LERNER *et al.*, 2018).

Leal e Fachel (1999) realizaram um trabalho com diversos jovens por meio de entrevistas. Com o resultado foi possível traçar um perfil da iniciação sexual dos jovens no Brasil. De acordo com as autoras, uma parcela significativa da população jovem brasileira tem iniciação sexual igualitária, ou seja, os parceiros da primeira experiência também são jovens, da mesma idade, e sem experiências anteriores. Esse envolvimento ocorre com pessoas com algum tipo de relacionamento, podendo ir desde um amigo mais próximo até o namorado ou namorada propriamente. Na análise das pesquisadoras, esse tipo de comportamento está ligado diretamente à ideia de liberdade de escolha do parceiro, remetendo, ainda, a “romantização” do ato sexual, quando há um envolvimento sentimental entre os parceiros. “Trata-se da iniciação, para cada um dos jovens, de sua vida sexual ativa, da vida reprodutiva, do casamento e da “adulterz”, tudo isso mais ou

menos encadeado de forma a aparentemente não haver possibilidade social de escolher apenas um evento” (LEAL; FACHEL, 1999, p. 105). Pode-se observar, então, um envolvimento emocional por parte dos jovens em seus primeiros contatos sexuais completos.

No entanto, a pesquisa também aponta para casos de iniciação de tipo violenta, quando o jovem, tanto meninas como meninos, não fazem sexo consensualmente. No caso das meninas, geralmente, o parceiro é mais velho, forçando a relação sexual. Os meninos também relatam uma iniciação violenta quando a relação é imposta, ocorrendo com parceiras de idade superior à deles ou com profissional do sexo, tendo uma relação forçada, direta ou indiretamente (LEAL; FACHEL, 1999).

Em pesquisa qualitativa realizada em uma comunidade do estado do Rio de Janeiro, Monteiro (2002) confirma a faixa etária – entre 13 e 15 anos – para a iniciação sexual do jovem. Os dados para a pesquisa qualitativa foram coletados por meio de entrevista, o que possibilitou à pesquisadora uma análise mais detalhada de cada caso. No grupo das meninas, foi possível verificar que entre as 18 entrevistadas, oito se declaram virgens. O envolvimento de namoro de todas elas continha beijos, abraços e passeios, não tendo sido citado nenhum tipo de carícia mais íntima. Por outro lado, os meninos relatam esse tipo de intimidade com suas namoradas, mesmo elas sendo virgens. “Na visão deles, isso não é sexo. Sexo é penetração” (MONTEIRO, 2002, p. 88).

A pesquisadora ressalta, ainda, o comportamento adotado por cada grupo de garotas. Entre as meninas que não tiveram relações sexuais, há um maior controle por parte da família, principalmente, da mãe. Elas também não relatam envolvimento com drogas e uma menor frequência aos bailes da comunidade. Também mantém participação efetiva nas atividades recreativas e esportivas. Apesar do comportamento social ligado ao universo

infantil, a pesquisadora não relata “diferenças importantes na faixa etária e no desenvolvimento físico do grupo sem e com iniciação sexual” (MONTEIRO, 2002, p. 86).

No entanto, alguns estudos demonstram um comportamento um pouco diferente do que representado nos documentos já apresentados. Conforme levantaram Bozon e Heilborn (2006), o jovem brasileiro apresenta um comportamento mais contido, no que se refere à sua iniciação sexual, contando com um contexto estruturado “sobretudo no que diz respeito às relações entre homens e mulheres” (BOZON; HEILBORN, 2006, p. 155).

Em seus estudos, os pesquisadores se propõem a analisar mais detalhadamente os fatores envolvidos na transição do adolescente à sexualidade com parceiros, ressaltando pontos fundamentais como as condições da primeira experiência sexual dos entrevistados e a existência de um comportamento relevante no que diz respeito ao uso de preservativo, mesmo sem ter abordado o assunto com seus parceiros.

A coleta de informações sobre o tema, por parte dos jovens, conta, ainda nos dias atuais, com a participação efetiva da família, muito presente na figura materna – principalmente no caso das meninas – assim como outros jovens pertencentes ao mesmo grupo social. Ainda se tratando das meninas, um ponto importante para o diálogo sobre sexualidade é a chegada da menarca – primeira menstruação. Bozon e Heilborn (2006) averiguaram, ainda, que cerca de 70% das meninas dialogaram com suas mães, sobre questões acerca da sexualidade, antes mesmo da primeira menstruação. A pesquisa ressalta, no entanto, que essa abertura de diálogo precoce está ligada à escolaridade materna: quanto mais alta a escolaridade da mãe, maior a abertura para abordar o tema com a filha. Entre as mães com nível de instrução de ensino

fundamental incompleto, a conversa prévia à menstruação ocorre em apenas 35% dos casos.

Quando o tema é especificamente gravidez, a mãe e a escola surgem como as principais fontes de informação. Para os casos de contaminação pelo HIV ou alguma infecção sexualmente transmissível, o jovem costuma buscar mais informação institucionalizada, por meio da escola ou de veículos de comunicação: “[...] as instituições mencionadas funcionam em parte como elemento de transmissão de campanha de prevenção” (BOZON; HEILBORN, 2006, p. 157).

Apesar de pertencerem a uma mesma faixa etária, a posição social e o acesso à educação são fatores com bastante influência no comportamento adotado pelos jovens em todo o Brasil. Entre os rapazes de classes populares e com baixa escolaridade, a busca por informação se dá, principalmente, entre os amigos, sendo a preferência de 46% dos jovens. Como a segunda opção para esclarecer suas dúvidas quanto a questões sexuais e de proteção, surge a figura materna, mesmo sendo pouco procurada, uma vez que apenas 19% dos entrevistados fazem essa escolha. Por outro lado, temos que “rapazes de grupos privilegiados mencionam em proporção iguais a mãe (46%), o pai (44%) e os amigos, com percentual igual”. Comportamento semelhante se percebe entre as mulheres, tendo a mãe como a principal fonte de informação, nas classes mais altas, e os amigos e a escola com as jovens de classes mais populares.

### 3. Juventude brasileira e a sífilis

Por se tratar de uma IST, os casos de contágio da sífilis estão relacionados ao comportamento sexual nas mais diversas faixas etárias. Entre as pessoas jovens, os casos de sífilis adquirida, em

sua grande maioria transmitida por meio da relação sexual, e da sífilis congênita vêm aumentando.

O Boletim Epidemiológico, publicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020) em seu número especial sobre as IST no país, ressalta dados da própria Organização Mundial de Saúde quanto à sífilis no Brasil. De acordo com o documento, publicado em outubro de 2020 e que analisa dados referentes ao ano de 2019, os casos de sífilis adquirida, um agravo que tem a sua notificação obrigatória desde o ano de 2010, apresentou uma taxa de detecção de 75,8 casos por 100.000 habitantes. Também em 2019, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 20,8/1.00.

Entre o período de 2010 a junho de 2019, foram notificados 650.258 casos de sífilis adquirida no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). De acordo com o Boletim, a região Sudeste é a que apresenta o maior número de registros da IST, com 53,5% dos casos, seguida das regiões Sul e Nordeste com, respectivamente, 22,1% e 12,9% dos casos, contando ainda com os dados registrados pelas regiões Centro Oeste (6,5%) e Norte (4,9%). O documento do Ministério da Saúde explicita também que, de 2010 a 2018, 347.064 (40,6%) dos casos ocorreram em homens e 506.873 (59,4%) em mulheres. A maior parte das notificações ocorreu em indivíduos entre 20 e 29 anos (35,1%), seguidos pelo grupo de 30 a 39 anos (21,5%). Mas, segundo o Ministério, houve um incremento da detecção em todas as faixas etárias.

Para os casos de sífilis congênita, quando há a transmissão da mãe para o filho, por via transplacentária, durante a gravidez ou no parto, após contato do recém-nascido com lesões maternas, já existentes, os dados obtidos no levantamento realizado no Brasil apontam para um percentual acima dos 20% para mães com idades a partir dos 15 anos de idade. Em 2019, os percentuais mais elevados de casos de sífilis congênita foram registrados em

crianças cujas mães tinham entre 20 e 29 anos de idade (55,1%). Logo em seguida, estão as mães com idades variando entre 15 e 19 anos, com um percentual de 22,3%. O levantamento também registra que, quando a idade materna é superior aos 30 anos, o percentual de contaminação da criança é de 17,6% (BRASIL, 2020).

Dados já obtidos por pesquisadores do Projeto “Pesquisa Aplicada para Integração Inteligente Orientada ao Fortalecimento das Redes de Atenção para Resposta Rápida à Sífilis”, também conhecido como Projeto “Sífilis Não”, indicam um avanço nos casos de infecção entre crianças e jovens na faixa etária que varia entre 11 e 15 anos. De acordo com o levantamento realizado junto ao Sistema de Informação de Agravo de Notificação em Saúde – SINAN – do Governo Federal do Brasil, no ano de 2017, foram notificados 608 casos de sífilis congênita em todo o Brasil em crianças, cuja progenitora tem entre os 10 e os 14 anos. No entanto, esses dados sobem para mais de 12 mil casos quando a faixa etária da progenitora é de 15 a 19 anos, conforme demonstrado na Tabela 1.

Faixa Etária	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 a 14 anos		88	110	162	203	261	328	370	446	514	608
15 a 19 anos		1.318	1.648	2.109	3.093	3.968	5.352	6.983	8.522	9.903	12.724

**Tabela 1** - Sífilis em gestantes, de acordo com a faixa etária materna.

Fonte: SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação em Saúde (2017).

Para os casos de sífilis adquirida, o levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, aponta um aumento expressivo e que vem se confirmando ao longo dos últimos 10 anos. Somente no período de 2010 ao mês de julho de 2020 foi notificado pelo SINAN um total de 783.544 casos de sífilis adquirida.

Este quantitativo chama a atenção quando analisado por faixa etária. Pessoas com idades entre 13 e 19 anos representam 10,7% das notificações realizadas durante o último levantamento. Os dados também podem ser analisados em uma linha de tempo, construída com os dados. O avanço de casos passa de 319, notificados no ano de 2010, para 5.277 até junho de 2020. Os dados podem ser observados na Tabela 2.

Ano de coleta	Quantidade	Percentual (%)
2010	319	8,1
2011	1.287	7,1
2012	2.273	8,1
2013	3.420	8,7
2014	4.800	9,5
2015	7.070	10,2
2016	9.879	10,8
2017	13.609	11,2
2018	16.850	10,6
2019	16.129	10,5
2020	5.277	10,7

**Tabela 2** - Casos de sífilis adquirida, entre 13 e 19 anos. Evolução em 10 anos. Fonte: Brasil (2020).

Em desenvolvimento desde 2018, o Projeto “Sífilis Não” é o nome fantasia de um projeto em desenvolvimento denominado Pesquisa Aplicada para Integração Inteligente Orientada ao Fortalecimento das Redes de Atenção para Resposta Rápida à Sífilis. O trabalho é resultado de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por meio do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) e o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC).

O projeto conta com quatro eixos de atuação, sendo eles: educação; comunicação; cuidado integral; e gestão, governança e cooperações e tem como objetivo reduzir a sífilis adquirida e em gestantes e eliminar a sífilis congênita no Brasil. Mas a atuação e desenvolvimento de ações direcionadas a determinados públicos,

também faz parte do escopo do projeto. Entre esses público-alvo estão os jovens. E no rol das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas durante o percurso dos pesquisadores envolvidos, algumas se destacam por atender, diretamente, às necessidades deste público, assim como o atendimento ao adolescente, em uma preparação à faixa etária seguinte.

O quadro a seguir demonstra essas pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores, principalmente nos eixos de comunicação e educação.

**Quadro 1** - Pesquisas Desenvolvidas no Projeto “Sífilis Não”

<b>Sífilis Não! App Ufrn Jovem</b>	Lilian Muneiro
<b>Narrativas Transmídia em Recursos Educacionais Abertos como Metodologia para a Prevenção da Sífilis entre Jovens</b>	Kaline Sampaio
<b>Comunicação em Saúde: a Sífilis e suas Linguagens</b>	Maurício Oliveira Jr.
<b>Saúde Sexual na Adolescência: precisamos falar mais sobre isso!</b>	Laísi Catharina Da Silva Barbalho Braz
<b>A Prevenção da Sífilis através da Educação Sexual nas Escolas: uma Estratégia Formativa Para Professores</b>	Maria Valéria Pareja Credidio Freire Alves

Fonte: Workshop de Pesquisas do Projeto “Sífilis Não” (2021).

Uma das atividades já colocadas em prática foi a elaboração de *stickers* – tipos de adesivos com informações rápidas – como

mídia alternativa para a campanha de massa. Todo o material foi distribuído nos banheiros utilizados pelos alunos que frequentam o campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. “De forma transversa, auxiliamos comunicativamente dada a natureza do suporte midiático e inserção em locais com menor concorrência de imagens ou processos iconofágicos” (MUNEIRO, 2019, p. 178). Estima-se que a UFRN atenda 43 mil estudantes, entre graduação e pós-graduação.

As temáticas escolhidas para serem trabalhadas foram as mais diversas, sempre levando informações sobre os cuidados, testagem e tratamento para a sífilis. Os *stickers* trouxeram, também, informações para públicos específicos, como gestantes e comunidade LGBT<sup>2</sup> (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero). “Para gerar engajamento também foram produzidos conjuntos de *stickers*, em alguns tendo o humor como vetor de engajamento. [...] As colagens foram programadas para acontecer semanalmente, durante cinco semanas. Cada *sticker* tem a dimensão de 7,5 cm para privilegiar a leituraabilidade” (MUNEIRO, 2019, p. 179).

#### 4. O enfrentamento da sífilis por meio da Educação: alguns indicativos

A definição dos conceitos de juventude e de sexualidade nos permitiu verificar o caráter polissêmico dos termos, além da multidisciplinaridade das abordagens que os contemplam.

Situam-se em uma área de entremeio de estudos da Psicologia, da Filosofia, da Sociologia, da Pedagogia, entre outras

---

2      LGBT - Sigla que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.

áreas de conhecimento. Nesta seção do texto, optamos por algumas abordagens da Psicologia da Educação e da Pedagogia.

Vimos também que, infelizmente, as infecções sexualmente transmissíveis (IST) são frequentes nesse estágio desenvolvimental. No que tange à sífilis, bastante prevalente nos jovens, não temos uma vacina, mas podemos recorrer a procedimentos preventivos que estão diretamente ligados à Educação e podem garantir o trinômio “teste, trate e cure”, utilizando informações facilmente dissemináveis, por meio do binômio Educação e Comunicação, entre eles o uso de preservativos na relação sexual, o diagnóstico precoce em mulheres em idade reprodutiva e parceiros, a realização disseminada do teste diagnóstico, entre outros.

Mas, o grande desafio é: como fazer essas ideias chegarem à população jovem de país de dimensões continentais, como o Brasil? Claro que a Educação assume, nesse caso, dimensão fundamental. Iniciando, podemos fazer uso de alguns documentos legais importantes.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Artigo 205, diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 1º, encontramos a educação conceituada como processo que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Fica claro, portanto, que não falamos apenas da educação formal, desenvolvida em instituições educacionais, que leva à obtenção de diplomas e qualificações, que é intencional, ocorre em contextos estruturados, por meio de atividades planejadas e orientadas por metas e objetivos.

**Existem dois outros tipos:**

A aprendizagem não formal, que decorre de ações que se desenvolvem fora do sistema formal de ensino, não recebe diplomas ou certificações, mas é intencional e motivada. Um exemplo disso são as aprendizagens realizadas no ambiente de trabalho.

Temos, ainda, a aprendizagem informal, que acontece em situações não estruturadas e não é intencional. Ela é realizada, por exemplo, no contexto familiar e no contato com instituições sociais. No caso dos jovens, sabemos quanto os grupos de pares são importantes nessa disseminação de conhecimentos.

A abordagem das questões relativas à sexualidade sempre foi uma questão delicada para as famílias e as escolas. De acordo com Del Priore (2011), no século XIX apenas as ciências estavam autorizadas a falar sobre sexo, originando-se daí as primeiras classificações científicas de certo e de errado, além das regras para disciplinar as relações sexuais.

Em pesquisa sobre a opinião das mães em relação à educação sexual, constatou-se que elas sentem dificuldade de abordar o tema com os filhos por motivos como vergonha, timidez, sentimento de despreparo, entre outros (SAVEGNAGO; ARPINI, 2018).

Hoje, que temos no Brasil movimentos bastante conservadores, essa dificuldade aumentou significativamente.

Isso não significa, no entanto, que a inserção de conteúdos relativos à sexualidade na educação atenda apenas ao enfrentamento da Sífilis e das demais IST.

Trata-se de interferir, também, nos processos de subjetivação de crianças e adolescentes relativamente a outras questões, como atitudes sexuais discriminatórias, constituindo-se em ação inclusiva. Não podemos esquecer, também, que é fundamental investir na capacitação dos professores relativamente a essas questões.

Trazemos as falas de alguns autores que consideramos importantes para este tema, começando pelos conceitos de conscientização e emancipação, como os enunciou Paulo Freire. Para ele, o homem é um ser de relações, aberto à realidade, que “não apenas está no mundo, mas com o mundo” (FREIRE, 1982, p. 39). No que tange à conscientização, ela é um processo histórico que ocorre pela tomada de consciência de si e do mundo, e que possibilita ao homem a emancipação e a integração ao mundo real.

A Educação, segundo o autor, tem o compromisso de possibilitar ao homem a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo e suas responsabilidades (FREIRE, 1987). Um dos compromissos desse modelo educacional é deixar de ser uma “educação narradora” de conteúdos desligados da realidade vivenciada pelos educandos, rompendo com o paradigma da Educação Bancária e adotando a perspectiva da Educação Libertadora.

Quando tratamos do tema “sexualidade”, essa necessidade ainda se torna mais premente, pelo caráter pessoal e de profundo envolvimento emocional que ele traz.

Um autor que aborda em profundidade o ciclo vital, com destaque para a transição da adolescência para a adultice é Erik Erikson. Criticando o modelo de “tempestade e tormenta”, criado por autores influenciados pelo darwinismo como Stanley Hall, autor da obra “Adolescence”, escrita em 1904, que apresenta o período como de turbulência e instabilidade emocional, em função do surgimento da sexualidade (GALLATIN, 1978), o autor traz a proposta de uma “moratória psicossocial” (ERIKSON, 1972), um período

admitido socialmente para que o jovem vivencie mudanças inerentes ao período e defina uma identidade adulta consolidada.

Um desses aspectos é a identidade sexual. É na transição da difusão de identidade para a constituição de uma identidade consolidada que o adolescente experimenta papéis, inclusive sexuais, e constrói um autoconceito que envolve a sexualidade. Esse é o momento de buscar, por meio da Educação, estabelecer uma mentalidade de cuidado e prevenção, inclusive em relação à sífilis e às demais IST.

Outra abordagem teórica que merece consideração é a de Aberastury e Knobel. Os autores caracterizam a adolescência como uma espécie de “síndrome normal”, cuja finalidade é a “busca de si mesmo e da identidade”, que vai desaguar na adultice.

Nesse processo, os autores falam de três “lutos” vivenciados pelo jovem, que “não só deve enfrentar o mundo dos adultos para o qual não está totalmente preparado, mas, além disso, deve desprender-se de seu mundo infantil” (ABERASTURY; KNOBEL, 1992, p. 10).

Entenda-se o luto, no sentido psicanalítico, como o período entre a perda de um objeto e o encontro de outro, substitutivo. Assim, são três esses lutos fundamentais, no caso do jovem: o luto pelo corpo infantil que, sofrendo inúmeras mudanças, vai dando origem ao corpo adulto; o luto pelo papel social e pela identidade infantil, que o obriga, por exemplo, a renunciar à dependência e a aceitar responsabilidades que ainda desconhece e para as quais não se sente preparado, embora deseje ser adulto; e o luto pela perda da imagem idealizada dos pais da infância, que representavam proteção e refúgio.

É necessário, a partir da interferência da Educação, que a superação desse luto traga a expectativa e a busca da saúde física e emocional, superando um fenômeno muito comum nessa faixa etária: a falta de percepção da própria vulnerabilidade,

acompanhada de uma fantasia onipotente quanto à contaminação, a de que “não vai acontecer comigo”.

Passemos, então, a apresentar alguns indicativos para a construção de propostas educacionais que tenham como foco o enfrentamento da sífilis.

Entre os muitos indicativos possíveis, escolhemos três dentro de um espectro bem mais amplo, e que nos parecem muito significativos.

#### **a. Uso de linguagem compatível com a fala dos jovens**

Não se trata de empobrecer a linguagem utilizada nas ações educativas, de torná-la totalmente coloquial, ou criar uma linguagem digital, repleta de abreviações e neologismos, mas de aplicar-lhe algumas características de simplicidade, informalidade e objetividade que caracterizam a linguagem dos jovens de hoje, atribuindo ao material produzido competência comunicacional.

Afinal, como diz Miranda (2000, p. 40): “A internet representa, sem dúvida um modo de produção subjetiva contemporânea, um lugar, mesmo que virtual, de produção de valores, costumes, linguagem”.

Os jovens são, por excelência, criadores de neologismo que, muitas vezes, acabam incorporados à língua. A comunicação digital, utilizada na internet, nos aplicativos e nas redes sócias, diversificou ainda mais os múltiplos usos da língua, tornando-a mais rica.

Ao criar ofertas educacionais voltadas para o enfrentamento da sífilis, é necessário que a linguagem utilizada seja “amigável”, de fácil compreensão para o público jovem, considerando que esses meninos e meninas, pelo efeito do uso acentuado de tecnologias digitais, leem e escrevem de forma bem diferente de alguns poucos anos atrás.

## **b. Aderência ao processo de gamificação**

Todos nós conhecemos a adesão e o prazer dos jovens em relação aos jogos (games). Segundo Romero Tori: “Eles gostam de jogos, estão acostumados a absorver (e descartar) grande quantidade de informações, a fazer atividades em paralelo, precisam de motivação e recompensas frequentes, gostam de trabalhar em rede e de forma não linear” (TORI, 2010, p. 218).

Não falamos aqui apenas da inclusão de jogos no material produzido, mas da utilização de elementos comumente neles encontrados, como o lançamento de desafios; o cumprimento de regras; estabelecimento de metas claras e bem definidas; efeito surpresa; linearidade dos acontecimentos; avanço por meio da conquista de pontos, troféus e outras recompensas; estatísticas e gráficos com o acompanhamento do desempenho obtido; superação de níveis; criação de avatares.

Nas pesquisas da literatura sobre games, a referência a uma teoria a respeito da experiência subjetiva que ocorre na mente dos gamers é frequentemente citada. Trata-se da teoria do *flow* (em tradução livre, algo como “fluxo” ou “estado de imersão”), proposta pelo psicólogo norte-americano Mihaly Csikszentmihalyi. Sua teoria aborda o estado mental de um indivíduo engajado em uma atividade em que se encontra completamente focado, envolvido e energizado - tal como acontece com os jogadores de games. Para ele, estas são as características de uma atividade produtiva de *flow*.

Csikszentmihalyi (1999) afirma que a experiência de *flow* está relacionada ao desafio que a tarefa impõe e às habilidades do indivíduo requeridas para tal. Quando o desafio é maior do que a habilidade do indivíduo, o seu estado mental é de ansiedade seguida de frustração. Caso contrário, quando o desafio é menor do que a sua habilidade, o indivíduo acaba enfadado. Nos dois casos a tendência é o abandono da tarefa.

As ofertas educacionais de que falamos, portanto, precisam contemplar aspectos da gamificação e proporcionar a experiência prazerosa de *flow*.

### **c. Utilização dos recursos oferecidos pela mediação tecnológica**

Observando a grande adesão dos jovens à utilização das tecnologias de informação e comunicação, a mediação tecnológica é um bom princípio para essas atividades educacionais que propomos.

Quando usamos o termo mediação nos referimos ao fato da relação do ser humano com o conhecimento sofrer sempre a intermediação de alguma instância que faz essa “ponte”, facilitando a sua construção. As diversas instituições como a família, a escola, os grupos sociais e religiosos sempre exerceram esse papel, oferecendo novos caminhos para o indivíduo na sua relação com o conhecimento, permitindo, inclusive, que ele descubra as melhores e mais produtivas formas de aprender.

Nesse cenário, ganham destaque as tecnologias móveis. Bowker (2000) utiliza a expressão “aprendizagem móvel” para designar o conjunto de processos de aprendizagem que ocorrem necessariamente apoiados pelo uso de tecnologias de informação móveis e que têm como característica fundamental a mobilidade de atores humanos.

Com o desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais, a inserção destas no interior das práticas didático-pedagógicas, que alguns autores chamam de intermediação, torna-se muito profícua.

Encerramos lembrando que, na produção de ofertas educacionais relativas ao enfrentamento da sífilis, adequadas aos jovens, não podemos esquecer que, como nas gerações anteriores, mas de uma forma mais intensa na atual, eles são críticos e

desejosos de autoria e protagonismo em relação à própria aprendizagem, o que nos remete ao conceito de cultura participativa, enunciado por Jenkins (2009, p. 378): “[...] cultura em que fãs e outros consumidores são convidados a participar ativamente da criação e da circulação de novos conteúdos”.

Para os que desejarem ampliar os indicadores de eficácia desses materiais, que começamos a construir, vale a pena resgatar as oito “Normas da Geração Internet”, propostas por Tapscott (1999). São elas: a) Liberdade: desejam flexibilidade de opções nas situações de aprendizagem; b) Customização: desenvolvimento de um aprendizado próprio, segundo suas necessidades e interesses; c) Investigação: tendência a questionar e investigar a informação que lhes chega; d) Integridade: relacionada aos aspectos éticos do comportamento; e) Colaboração: capacidade de criar conhecimento com foco coletivo, em equipe; f) Entretenimento: desejam que o aprendizado seja prazeroso, divertido; g) Velocidade: querem aprender rapidamente, de forma objetiva e prática; h) Inovação: estímulo à apresentação de soluções novas, diferentes.

É necessário, fundamentalmente, que essas propostas educacionais possam atuar no apoio à construção da identidade, da autonomia, e do projeto de vida dos jovens a quem se destinam.

Precisam realizar a superação da falta de domínio dos jovens em relação às IST, em parte resultante da dificuldade de abordar a temática, tanto no ambiente familiar quanto no escolar, devido ao tabu que a cerca.

Para o enfrentamento eficaz da sífilis na população jovem, torna-se necessária a implementação de uma educação sexual de qualidade nas escolas, que não esteja concentrada em uma metodologia conservadora, centralizada em aspectos fisiológicos e meramente preventiva, mas em uma abordagem humana, imersa no contexto sociocultural do público jovem.

## Referências

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1992.

ALFERES, V. **Encenações e Comportamentos sexuais**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

ALMEIDA, A. N.; VILAR, D. Literacia e práticas contraceptivas masculinas. **Sexualidade e planeamento familiar**, [S. l.], n. 50-51, p. 34-42, jul./dez. 2008.

ALMEIDA, A. N.; VILAR, D.; ANDRÉ, I. M.; LALANDA, P. **Fecundidade e contraceção**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2004.

ANDERSEN, M. L. **Thinking about Women - sociological perspectives on sexand gender**. 4th ed. London: Pearson, 1983.

BAJOS, N.; FERRAND, M.; ANDRO, A. La sexualité à l'épreuve de l'égalité . In: BAJOS, N.; BOZON, M. (ed.). **Enquête sur la sexualité en France: pratiques, genre et santé**. Paris: La Découverte, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. **Le Sens Pratiques**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, P. **Questions de Sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.

BOWKER, R. R. **Wireless Training or “m-learning” is here: first movers in the pool**. Lifelong learning. [S. l.]: Market Report, 2000. p. 5-22.

BOZON, M. **Sociologie de la sexualité**. Paris: Nathan Université, 2002.

BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luíza. Iniciação à Sexualidade: modos de Socialização, Interações de Gênero e Trajetórias Individuais. In: BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luíza. **O Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro. Garamond e Fiocruz, 2006. Cap. 5. p. 155-206.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico.** Número Especial, out. 2020. Brasília, DF: MS, 2020.

CAPLAN, P. The cultural construction of sexuality – Introduction. *In*: CAPLAN, P. (ed.). **The cultural construction of sexuality.** London: New York: Routledge, 1996.

CICCHELLI, V. Les jeunes adultes comme objet théorique. **Recherches et Prévisions**, [S. l.], n. 65, p. 5-18, 2001b.

CICCHELLI, V. **La construction de l'autonomie. Parents et jeunes adultes face aux Âetudes.** Paris: Presses universitaires de France, 2001a.

CRUZ, M. B. A condição social da juventude portuguesa. **Análise Social**, [S. l.], v. 20, n. 81-82, p. 285-308, 1984.

CSIKSZENTMIHALY, Mihaly. **A Descoberta do Fluxo: A Psicologia do Envolvimento com a Vida Cotidiana.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CUNHA, V. **O lugar dos filhos.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: Sexualidade e erotismo no Brasil.** São Paulo: Planeta, 2011.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FRIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GALLAND, O. **Sociologie de la jeunesse: l'entrée dans la vie**. Paris: Armand Colin, 1991.

GALLATIN, J. E. **Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da Psicologia da adolescência**. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda, 1978.

GARCIA, Sandra; KOYAMA, Mitti. Longevidade sexual e práticas sexuais desprotegidas: desafios para a promoção da saúde sexual e reprodutiva da mulher. *In*: BERQUÓ, E.; GARCIA, S.; LAGO, T. G. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS): dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. p. 106- 133.

GIDDENS, A. **Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 2. ed. Oeiras: Celta Editora, 1996.

HALBWACHS, M. **Classes sociales et morphologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.

ILLICH, I. **Némésis Médicale - L'expropriation de la santé**. Paris: Seuil, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População jovem no Brasil**. Brasília, DF: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9292-populacao-jovem-no-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso em: 12 jan. 2020.

JENKINS, Henry. **A Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, ([1989] 1999). DOI: 10.3917/puf.jodel.2003.01

LAHIRE, B. **L'esprit sociologique**, Paris: La Découverte, 2005. DOI: 10.3917/dez.lahir.2007.01

LARA, Lúcia Alves da Silva; ABDO, Carmita Helena Najjar. **Aspectos da Atividade Sexual Precoce**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, [Rio de Janeiro], v. 37, n. 5, p. 199-202, maio 2015.

LEAL, Ondina Fachel; FACHEL, Jandyra M. G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. *In*: HEILBORN, M. L. (org.). **Sexualidade – o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 96 -116.

LENOIR, R. Objecto Sociológico e Problema Social. *In*: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. (ed.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes Lda, 1998.

LERNER, Théo; ABDO, Carmita; PEREYRA, Elsa; SOARES JUNIOR, José; BARACAT, Edmund. Sexualidade na Adolescência. *In*: JESUS, N. M.; SOARES JUNIOR, J. M.; MORAES, S. D. T. A. **Adolescência e Saúde 4 – construindo saberes, unindo forças, consolidando direitos**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 63-65.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **Histoire des Jeunes en Occident - de l'antiquité à l'époque moderne**. Paris: Éditions du Seuil, 1996a.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **Histoire des Jeunes en Occident - l'époque contemporaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1996b.

MIRANDA, Luciana L. Subjetividade: a desconstrução de um conceito. *In*: SOUZA, S. J. (org.). **Subjetividade em questão**: infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 29-46.

MONTEIRO, Simone. **Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MUNEIRO, Lilian. **Sífilis, No! Stickers y comunicaciòn asertiva**. 2019. p. 177-187. Disponível em: <https://capreduruguay.com.uy/ediciones-antiores/2019/actas/>. Acesso em: 18 maio 2022.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social 3ªsérie**, [S. l.], v. 25, n. 105 -106, p. 139-165, 1990.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

PAIS, J. M. Sexualidade. *In*: ALMEIDA, J. F.; PAIS, J. M.; TORRES, A. C.; MACHADO, F. L.; FERREIRA, P. A.; ANTUNES, J. S. (ed.). **Jovens de hoje e de aqui**. Loures: Câmara Municipal de Loures - departamento sociocultural, 1998.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

SAVEGNOGO, S.; ARPINI, D.M. Olhares de mães de grupos populares sobre a educação sexual de filhos adolescentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 8-29, 2018.

SILVA, L. F. **Saber Prático de Saúde**: as lógicas do saudável no cotidiano. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SONTAG, S. **La maladie comme métaphore/Le Sida et ses Métaphores**. Paris: Christian Bourgeois Éditeur, 1993.

TAPSCOTT, Donald. **Geração digital**. São Paulo: Makron Books, 1999.

TEIXEIRA, A; KNAUTH, D; FACHEL, J; LEAL, A. Adolescentes e uso de preservativos: as escolhas dos jovens de três capitais brasileiras na iniciação e na última relação sexual. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1385-1396, jul. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700004>. Acesso em: 18 maio 2022.

TORI, Romero. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac, 2010.

UFRN. **III Workshop de Pesquisas do Projeto “Sífilis Não”**. Organizado por: Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim, Hélio Roberto Hékis, Angelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira, Karilany Dantas Coutinho, Marise Reis de Freitas, Carlos Alberto Pereira de Oliveira e Juciano de Sousa Lacerda. 1. ed. Natal: SEDIS-UFRN, 2021.

VASCONCELOS, P. Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses. *In*: CABRAL, M. V.; PAIS, J. M. (ed.). **Jovens portugueses de hoje**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

VIEIRA, C. P. **Eu faço sexo amoroso- A sexualidade dos jovens pela voz dos Próprios**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012. ISBN:978-972-53-0510-2.

VILAL, D. **Falar disso A educação sexual nas famílias das adolescentes**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.